III Seminário de Mínimo Impacto
Parque Estadual da Serra da Tiririca e Clube Niteroiense de Montanhismo

No dia 22 de outubro de 2016, às 9h30, foi realizado no Auditório Clarice Lispector, na Escola Municipal Prof. Dario de Souza Castello o III Seminário de Mínimo Impacto do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), realizado em parceria deste com o Clube Niteroiense de Montanhismo (CNM). Leandro do Carmo, presidente do CNM, em sua fala de abertura, reconhece o papel do CNM na formação de montanhistas e escaladores de acordo com os preceitos no mínimo impacto, frente ao crescente número de pessoas que frequentam as áreas naturais. Enfatiza que o espaço do seminário é importante para que possamos buscar consensos entre usuários e gestão, e que não adianta simplesmente questionar os guarda-parques sobre o acesso à Unidade. Em seguida passa a palavra para o Prof. Jorge Antônio Lourenço Pontes, biólogo da prefeitura do Rio de Janeiro e um dos integrantes do movimento popular que originou a criação do PESET. Prof. Jorge apresenta os aspectos biológicos dos afloramentos rochosos, mostrando as ameaças que a fauna e a flora vem sofrendo com o aumento da visitação, bem como a importância dessas espécies para a conservação local (a apresentação em anexo neste documento). Em seguida, Stephanie Maia, diretora de Meio Ambiente do CNM, mestre em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade apresenta os resultados de sua pesquisa feita entre no ano de 2014 sobre os Impactos da Escalada na Serra da Tiririca quando avaliou o efeito da escalada em rocha em duas áreas na unidade, o Córrego dos Colibris e Enseada do Bananal (a apresentação em anexo neste documento). De acordo com seus resultados, Stephanie recomenda que a escalada não ocorra mais no Córrego dos Colibris em virtude dos danos que causa da vegetação. Para a Enseada do Bananal, recomenda que os topos de blocos de pedra sejam restritos à visitação, uma vez que ainda se encontram em bom estado de conservação. Stephanie também faz menção ao posicionamento da Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro (FEMERJ), em relação à existência de áreas intangíveis, cita a ata do II seminário de mínimo impacto realizado em 2012, no qual representantes da FEMERJ consideraram que a existência de áreas intangíveis limitam os usos da unidade e que o posicionamento dos gestores era radical. Em seguida a palavra é passada à Mariana Pardal e

Delson Queiroz, diretor técnico e diretora de comunicação, respectivamente, da FEMERJ. Eles apresentam a importância dos seminários fazendo um histórico que remonta a 2002, o primeiro seminário realizada pela FEMERJ, quando o Monumento Natural (MoNa) Pão de Açúcar ainda nem era uma unidade de conservação (UC). Delson, responde às críticas à questão levantada por de Stephanie, alegando que a FEMERJ não considera radical o posicionamento dos gestores, e sim que a FEMERJ considera desproporcional a criação de grandes áreas intangíveis, de maneira genérica. Disse que no caso do Córrego do Colibris, tem certeza, que diante dos resultados da pesquisa da Stephanie, que o conquistador da vias do Córrego dos Colibris não se oporia a desequipação das mesmas. Delson também critica o posicionamento de Stephanie sobre a produção de Guias de trilhas e escaladas. Stephanie responde que é impossível uma justificativa para cada área para ser considerada restrita, uma vez que pesquisas como as apresentadas por ela são raras, além da falta de investimento em pesquisa de maneira geral, e por isso adota-se o princípio da precaução, previstos constitucionalmente na matéria de meio ambiente. Stephanie esclarece que não acha ruim que esses guias sejam produzidos, pelo contrário, que eles são uma ferramenta importante para a gestão e para pesquisas, como foi para a dela, e que sua crítica é em relação ao fato de a produção desses guias ser feita à revelia dos gestores da unidade, e que sente a falta da mão do poder público nesse aspecto, uma vez que informações sobre áreas de protegidas estão sendo publicizadas. Mariana responde a esta última crítica, dizendo que não concorda com a fiscalização do estado sobre a produção de guias, e lembra que sempre que ocorreu a interferência do estado, os resultados não foram satisfatórios e citou o exemplo da regulamentação e criação de regras impraticáveis nas atividades montanhistas. Em seguida Jhonathan Ferrarez, administrador do PESET, apresenta os números de visitação na unidade, nos últimos dois anos, deixando claro o aumento da visitação à unidade. Em 2014, 68.438 visitantes, em 2015, 85.142 visitantes e com expectativa de visitantes em 300 mil para 2016. Apresenta as regras de uso do PESET para atividades de rapel que foram estabelecidas através do diálogo com os praticantes/operadores de rapel. Às 13h foram encerradas às atividades da parte da manhã.

Às 15h foram retomadas às atividades com a mesa redonda intitulada: *Unidades de Conservação, democratização do uso e seus desafios para a gestão.* Foram debatedores André Ilha, um dos maiores montanhistas da atualidade e ex-diretor da Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (DIPAB/INEA) e Laura França, ambientalista, ex-administradora do PESET e atualmente colaboradora do parque. A mediação do debate foi feita pelo Professor da Universidade do

Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense Douglas de Souza Pimentel. Prof. Douglas deu início aos trabalhos da mesa ressaltando a importância dos impactos decorrentes da utilização pública nas unidades de conservação. Segue-se o resumo de suas falas iniciais: André Ilha cita a origem do pensamento conservacionista e criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos da América, comentando a influência do naturalista John Muir na criação do Parque Nacional Yosemite. Destaca que a criação dos referidos parques foi orientada pela percepção da necessidade humana de contato com a natureza, como forma de refazimento do modo de vida urbano, conforme pensamento iniciado no século XIX. E que no Brasil, criaram-se os parques com o mesmo conceito dos EUA, buscando a coexistência da preservação da natureza e utilização pública. Cita o Parque Nacional da Serra dos órgãos (PARNASO) como referência para a conciliação entre preservação do meio ambiente e o uso público das UC. Neste parque ocorreu a abertura de diversas trilhas que possibilitam a utilização por diversos tipos de público, além de garantir acesso e fiscalização a áreas remotas do Parque. André Ilha menciona a criação do SNUC em 2000, e os seus 2 grandes grupos (Proteção Integral e de Uso Sustentável). Ressaltou ainda a importância desta legislação e os recentes ataques que esta lei vem sofrendo, em decorrência de um cenário político nacional conturbado. André Ilha destaca que o uso público em unidades de conservação não é um "favor" ou "benesse" prestado à população, mas sim um requisito legal a ser cumprido. Entretanto, acrescenta que o interesse do bem natural, no que diz respeito à preservação do mesmo é sempre preponderante em relação aos demais usos (público, científico, etc.). André Ilha lembra que durante o período da mais recente ditadura militar brasileira, a gestão dos parques tomou um caráter mais tecnicista, sendo as UC geridas basicamente por biólogos. Nesse contexto, a visitação foi restringida ao extremo, subvertendo o caráter dos parques que, em sua essência, a utilização pública. Cita o exemplo do Parque Estadual do Desengano, cuja uma antiga gestão altamente restritiva no que diz respeito à utilização pública gerou conflitos diversos entre a gestão do parque e a comunidade local. Chama a atenção aos movimentos políticos no sentido de subverter a legislação ambiental brasileira que ocorrem devido ao parlamento altamente conservador e do executivo atual, associado a um momento de instabilidade política e social. Nesse contexto os ganhos proporcionados pelo SNUC passam a correr riscos reais de ataques. Acredita ainda que somente a população, através da pressão articulada e organizada, poderá atuar no sentido contrário. Mas questiona o como fazê-lo quando o gestor coíbe o uso público das UC. Para André Ilha a população tem que ser "atraída" de forma a defender as UC contra os ataques que vêm sofrendo. E cita seu exemplo pessoal, no qual a

experiência direta com o ambiente natural, a partir de sua atividade como montanhista, como sendo o ponto de partida para tornar-se ativista e ambientalista. Ressalta que os impactos decorrentes da utilização pública das UC podem ser evitados > mitigados > manejados**,** antes do fechamento da Unidade de Conservação. Enfatiza que existem ferramentas que permitem ao gestor bem-intencionado, garantir o apoio da população e comunidade locais, obtendo desta forma o engajamento das diversas partes interessadas. André Ilha ressalta a importância dos seminários de mínimo impacto, como uma das mais importantes ferramentas para garantir a gestão participativa das Unidades de Conservação. Como exemplo cita os Parques Estaduais dos Três Picos e Pedra Branca e Parque Nacional da Serra dos Órgãos, PARNASO, onde o resultado do seminário de mínimo impacto foi integralmente transcrito para o plano de manejo. Ressalta que regras pactuadas com a comunidade são muito mais eficazes e de fácil fiscalização, reduzindo a possibilidade de ocorrência de transgressões. Ressalta a política atual do INEA que privilegia o uso público das UC. Laura França faz um resgate histórico da criação do PESET, cujo início remonta ao final dos anos 1980, e o embate travado contra a especulação Imobiliária à época. A principal justificativa utilizada para a criação do parque foi que a área que hoje abriga o mesmo se constituía em um importante remanescente de mata atlântica que deveria ser preservado por razões óbvias. Desta forma o projeto de criação do parque foi sancionado em 1991, fortemente influenciado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO92 e pela pressão preservacionista trazida por esse grande evento. Ressalta a falta de recursos (físicos, financeiros e humanos) necessários à gestão do PESET quando dos primórdios da sua criação, relembrando que não existiam guarda-parques, nem ferramentas e somente um veículo automotor. E que a falta de uma edificação destinada à sede foi solucionada com a utilização do espaço físico em escolas, com contrapartida de educação ambiental para os alunos. Laura França lembra que inicialmente o PESET não era enxergado com potencial para esportes, mas sim para preservação e educação ambiental. Várias ações em educação ambiental foram impetradas, por exemplo, a cartilha sobre alimentação animal. Sendo assim, observa que o parque passou por alterações significativas em seu uso, desde sua criação até os dias atuais. Laura França faz uma defesa das áreas impactadas, considerando que o mínimo impacto, é um impacto. Desde as atividades menos impactantes, conforme escalada em rocha, até as piores como corrida de montanha. E que acredita que a mensuração e a gestão dos impactos e das atividades devem ser realizadas pelo poder público, pois são necessários recursos financeiros, mediar conflitos, e eventualmente impor algumas regras, dentre outros. Corrobora para este posicionamento o fato

que se trata de uma Unidade de Uso Público, não sendo ético que o bem público seja gerido por grupos específicos, não governamentais. Laura França cita os impactos decorrentes do uso do Costão, e o grande número de visitantes desinformados; cita também o exemplo de demais atividades altamente impactantes e de difícil controle e fiscalização como os coletores de orquídeas para a venda, os "surfistas" de pedra, e os desavisados que promovem o pisoteio nas áreas de remanescente da vegetação. Laura França defende restrições de acesso em algumas áreas no Costão, garantindo o ordenamento do uso. Isso garantiria a preservação não somente da flora bem como da fauna, que é bastante frágil no local. Sendo o PESET classificado como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO desde 1992, devem ser considerados os mínimos impactos provocados por todas as atividades (ainda que muito pequenos) conforme identificados por Stephanie Maia, em sua pesquisa sobre os impactos à flora decorrentes da escalada em rocha. Professor Douglas Pimentel elogiou a composição da mesa, onde um dos membros considera a importância do uso público e o outro considera a necessidade de preservação da biodiversidade. Ressalta que no imaginário coletivo, os parques ainda são vistos como "paraísos" conforme visão romântica anterior do século XIX. E que atualmente, na América do Norte, foram criadas ferramentas para mensurar os impactos dos usos nas UC. Tais ferramentas garantem que os impactos decorrentes da utilização dos parques possam ser mensurados e manejados. No Brasil, o pensamento político corrente atual fala em flexibilização, que na verdade favorece somente um dos lados (ruralistas, conservadores, lobistas, etc.). Pimentel ressalta a euforia sobre o uso indiscriminado dos parques, impulsionado pelos grandes eventos ocorridos no Rio de Janeiro, referindo-se a Copa de Futebol de 2014 e os jogos olímpicos de 2016, mas não se encontraram ferramentas para o consenso, no que diz respeito à utilização pública e preservação do meio ambiente. Encerradas as falas, o microfone foi aberto a manifestação dos presentes. Delson ressalta os diversos esforços da FEMERJ no sentido de coibir algumas atividades quando percebido o impacto negativo das mesmas. Nesse contexto a FEMERJ não se opõe ao fechamento de vias de escalada no morro dos Colibris, dado o nível de impacto junto à flora local, principalmente bromélias. Delson Queiroz destaca que os parques norte-americanos possuem visitação infinitamente maior que no Brasil, mantendo a capacidade de manejo e organização (como exemplo, o parque de Yellowstone recebeu mais de 3 milhões de visitantes em 2012).E ressalta a necessidade de mensurar os impactos para poder gerir e manejar corretamente. Ressalta ainda a necessidade de obter engajamento das pessoas e das demais partes interessadas, antes de se promover estratégias coercitivas provenientes do poder público. Em

seguida o microfone foi passado a Marcelo Santana (CNM) que questiona aos debatedores o modelo terceirização para os parques por empresas privadas ser uma alternativa para a melhor gestão, dando como exemplo os parques norte americanos, que surpreendem pela organização. André Ilha - responde - considera a concessão dos serviços benéfica, desde que haja contrapartida (em recursos) para a própria gestão do parque; entretanto não deve ser cerceado o direito do cidadão de visitar o parque sem contratar uma empresa especializada. E defende que o franco acesso a unidade de conservação deve ser garantido aos praticantes de esportes de aventura e moradores. Em resumo, não deve ser entregue a área ao empreendedor, mas sim a possibilidade de exploração do serviço, aproveitando a expertise das empresas. André Ilha, ressalta que os seminários de mínimo impacto são justamente as ferramentas para se buscar esse "meio termo" na utilização das unidades de conservação. E considera que entregar uma UC para gestão por parte de uma entidade privada é o reconhecimento completo da incapacidade do Estado de cuidar da coisa pública. Laura França – responde - considera que a terceirização, devido a questões culturais, não é funcional no Brasil. Laura ressalta que é prerrogativa do Estado cuidar do patrimônio natural e que hoje, já existem operadoras de ecoturismo atuando em UC. Ressalta que os recursos financeiros não retornam as UC geradoras, via de regra, e que o ICMS Verde não vem sendo repassados pelas prefeituras. Laura França considera que hoje, provavelmente, não estamos preparados para a terceirização dos serviços. Laura França lembra da experiência de terceirização em outras áreas de responsabilidade do Estado (Saúde e Educação, por exemplo) e confirma a inabilidade do Estado em lidar com a terceirização de serviços públicos de uma maneira geral. Paulo Santos Junior (condutor de visitantes do PESET) apresenta-se como morador e ambientalista, e verifica ataques da própria população ao parque, com queimadas, lançamento de lixo, dentre outros e questiona como poderá ser trazida a população para a gestão do parque, garantindo o engajamento das pessoas; como fazer a população se tornar amiga do parque. Alexandre Rockert (CNM) complementa a fala de Paulo, questionando como é possível garantir o engajamento da população de uma maneira geral, quando, em números nacionais, menos de 20% das UC possuem conselhos consultivos instituídos. Laura França responde que somente a conscientização contínua poderá fazer com que a população entenda a importância de suas ações em relação à preservação do Parque. Considera também que as pessoas precisam entender que todos são ambientalistas, uma vez que dependem dos recursos naturais para sobrevivência. André Ilha corrobora a fala de Laura França sobre a necessidade de conscientização contínua da população como única forma de garantir o engajamento. Com relação ao baixo número de Conselhos

Consultivos implantados, André Ilha reforça que os números nacionais não refletem a realidade do Estado Rio de Janeiro, onde a totalidade das UC possuem conselhos consultivos e planos de manejo implantados. A palavra é passada a plateia novamente e Sueli Tostes (condutora de visitantes do PESET) diz que sente falta de ações de plantio nos limites do PESET, como ações de educação ambiental. Vinícus Araújo (CNM) traz para o debate a questão das áreas intangíveis e cita o exemplo do PARNASO e de um incêndio ocorrido em uma área intangível, para o qual não havia pessoas conhecedoras e nem condições de acesso para o combate. André Ilha responde que o condutor deverá fazer da conscientização da população e do usuário da UC um processo contínuo. Com relação ao plantio, considera que existem elementos técnicos complicadores onde o plantio é a parte mais fácil, sendo necessário acompanhar a muda por pelo menos 3 anos após a ação de plantio. Enfatiza que devem ser considerados ainda as espécies a serem plantadas, tomado os devidos cuidados para não serem introduzidas espécies exóticas à flora local. Para as áreas intangíveis, em alguns parques, André Ilha defende a presença dos montanhistas mais experientes, pois esta presença inibe atividades ilegais (caça, coleta, etc). E considera que existe um exagero na delimitação das áreas intangíveis e ressalta que o bom uso é infinitamente melhor para a unidade de conservação do que o não uso, pois este abre espaço para o uso equivocado ou ilegal. Laura França entende que as áreas intangíveis devem ser preservadas quando da real identificação e necessidade de existência destas, entretanto, deve haver uma equipe preparada e conhecedora dessas áreas para acesso emergencial. Com relação ao plantio, ressalta que o processo é lento e complexo e destaca que diversas UC já contemplam as comunidades locais como apoiadores e incentivadores de processos de plantio. Como exemplo cita a comunidade tradicional de pescadores de Itaipu que atuou como apoiadora em processos de plantio na região do morro das Andorinhas. Ressalta os riscos decorrentes da pressão imobiliária na região da Lagoa de Itaipu, conclamando as pessoas para ações nessas áreas. O microfone foi fechado às 17h. Prof. Douglas Pimentel ressalta a riqueza do debate, conclama a todos para participar nos processos de preservação, e encerra do debate da mesa. Stephanie Maia, Jhonatan Ferrarez agradecem a presença de todos. Ferrarez destaca a parceria constante do parque com as entidades não governamentais e agradece ao CNM pela parceria na realização do evento. Leandro do Carmo encerra o evento também agradecendo a presença de todos e ressalta que com a realização do evento quem ganha é o meio ambiente. E reforça que eventos como este são os fóruns adequados para discussão das regras de utilização do parque e que, de nada adianta pressionar os agentes em outras ocasiões, cabendo a comunidade de montanhistas dar devido

exemplo de cumprimento das regras estabelecidas. Stephanie retoma a palavra para a realização do sorteio de brindes doados por André Ilha (2 livros: 'Por um Triz', de sua autoria e 'Guia de Escalada da Zona Sul e Ilhas Costeiras do Rio de Janeiro' de sua autoria junto com Kika Bradford); pela Loja Adventura (dois pares de meias para caminhada, uma ecohead e um saco estanque) e 5 exemplares do guia Trilhas do Parque Estadual da Serra da Tiririca, doado pela administração do mesmo.
Estiveram presentes nesta reunião: Luciano P. Perdomo, Denise Gonçalves Do Carmo, Mauro da Silva Antunes, Marcelo Vieira Vasconcellos, Ergesson Conceição, Ângelo Juliano Da Costa e Silva Coutinho, Allysson Laurentino de Melo Ramos, Victor Ferreira, Sérgio Bacellar, Vinicius Gomes Araújo ,Bruna Galassi Silveira, Jacqueline Ribeiro, Ricardo Barros, Henri Sidney Ndione, Martha Christina C. L. da Cunha, Patrícia Rodrigues Lima, Damiana Salustiano, Sueli Tostes, Ary Carlos Cardoso, Cléver Felix, Taffarel Ramos Costa, Marcos Lima, Leandro Do Carmo, Ian Varjão Will, Elisabeth De O. Rodrigues, Maria Lucia Cardoso, Marcelo Mendes de Castro, Delson de Queiroz, Lais da Silva, Emanuelly Lima, Patrícia Gregory, Wellida Coelho Silva, Marcelo Santana, Paulo Cesar Couto dos Santos Junior, Leandro Augusto da Silva, Alexandre Rockert , Fernanda S. Augusto, André Ilha, Jorge Antônio Lourenço Pontes, Stephanie Maia, Laura França, Douglas de Souza Pimentel, Jhonathan Ferrarez, Mariana Pardal, Eny Hertz.

Os slides das apresentações, bem como texto de apresentação do evento se encontram em anexo a este documento:
Texto de apresentação do evento (De Stephanie Maia e Leandro do Carmo)
Nos últimos anos o número visitantes em áreas naturais vem crescendo exponencialmente, seja para praticar esportes ou simplesmente estar em contato com a natureza. Bem provável que esse fenômeno tenha sido fruto de políticas de incentivo a visitação em virtude da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como do aumento da oferta de produtos de aventura através das redes sociais. No CNM, o número de sócios duplicou em dois anos e praticamente todo dia recebemos mensagens de pessoas interessadas em cursos de escalada, de informações sobe trilhas, etc. O perfil é o mais variado possível, desde pessoas que querem praticar o montanhismo, à pessoas que simplesmente querem fazer uma selfie no cume do Costão, sem ao menos terem ideia de que estão em uma Unidade de Conservação.
Como o único clube de montanhismo da cidade, entendemos que devemos ir além da prática do montanhismo, temos o dever de disseminar os preceitos de mínimo impacto, ajudando assim a formação desse novo público.Sempre trabalhamos em colaboração com o PESET, atuando em várias frentes, realizando mutirões, prestando uma espécie de "consultoria", além participarmos do conselho consultivo, câmaras técnicas e GTs. Numa dessas reuniões, ao estabelecermos nossas prioridades em um calendário de atividades, percebemos que já estava passando da hora de retomarmos uma discussão mais ampla sobre o uso público da unidade pela comunidade montanhista e decidimos que no ano de 2016 de CNM seria o responsável por agregar a comunidade e organizar o encontro. E assim, encaramos o desafio de promover o III Seminário de Mínimo Impacto.Os primeiros seminários, realizados nos anos de 2008 e 2012, tiveram como objetivos estabelecer diretrizes para ordenamento das atividades de escalada nos limites da unidade, e fazer-se reconhecer institucionalmente pelo plano de manejo da área. Essas

reuniões deixaram o legado inquestionável da setorização, que é um importante recurso para os gestores e para a comunidade.O II seminário, realizado no ano de 2012, também trouxe a tona uma discussão que tem origem nos objetivos legais dos parques: o de preservação e do uso público – a existência de zonas de preservação (Intangíveis) e zonas aonde o acesso é permitido. De acordo com o documento produzido ao final do encontro, a FEMERJ, considera limitantes esses usos, opondo-se a ideia de que os parques não devem ter zonas intangíveis. Independente de nosso posicionamento, as regras existem e devem ser cumpridas. Assim como a área do Costão fecha em dias de chuva é o nosso dever de respeitar a decisão, não adianta brigar com o Guarda Parque. Se não concordamos com determinadas regras, devemos sentar e discutir a melhor maneira de se fazer. Partindo dessa premissa de que temos que criar a melhor solução em conjunto, buscaremos através das palestras e debates que serão hoje apresentados provocar a reflexão sobre como nos relacionamos com o ambiente e qual é esse ambiente que almejamos estar, além de termos um pouco mais de conhecimento sobre as outras formas de vida que habitam esses ambientes e como nossas visitas os afetam. Assim, essa edição do seminário tem como objetivo, trazer a luz para a nossa perspectiva montanhista um olhar mais sensível para a natureza. Para atingir esse objetivo nossas atividades de hoje estarão divididas em dois blocos, no primeiro, na parte da manhã serão apresentadas duas palestras: A primeira com o Prof. Dr. Jorge Antônio Lourenço Pontes, biólogo e um dos participantes do movimento popular para a criação do PESET, foi um de seus trabalhos acadêmicos que embasou documentos para a criação do PESET. O Prof Jorge irá falar sobre a Diversidade Biológica nos Afloramentos Rochosos da Região. A Segunda palestra será ministrada pela nossa diretora de meio ambiente do CNM, Stephanie Maia, mestre em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade, pela UERJ, que apresentará os resultados de sua pesquisa sobre os impactos da escalada em rocha na Serra da Tiririca. E para encerrar as atividades da manhã, a representante da FEMERJ Mariana Pardal, vai falar sobre as Ações de Mínimo Impacto Fomentadas pela Federação. Faremos uma pausa para o almoço e retornamos às 14h. O Segundo bloco iniciará com o chefe do PESET Jhonatan Ferrarez que vai falar sobre as regras para atividades de risco. E então partiremos para um debate na mesa redonda: Unidades de Conservação, democratização do uso e seus desafios para a gestão. No qual serão debatedores André Ilha – ex diretor na Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – INEA, e um dos maiores montanhistas do Brasil e a ambientalista Laura França, ex administradora do PESET e atualmente é colaboradora da Unidade.Nessa ocasião, os presentes terão a oportunidade de fazer suas colocações. Ás 18h faremos o encerramento do evento com o sorteio de brindes. Após o evento enviaremos certificados de participação àqueles que marcarem presença durante todas as nossas atividades e assinarem a lista de presença nos dois turnos. Ah e claro à noite, contamos com a presença de vocês também para comemorar o sucesso do evento na Pizzaria Las Leñas – na estrada Irene Lopes Sodré 211. Tenham todos um bom Evento!

Palestra 1 – Biodiversidade em Afloramentos Rochosos na Serra da Tiririca. Biólogo Dr. Jorge Antônio Lourenço Pontes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Programa de Pós-Graduação em Ensino,
Ambiente e Sociedade – PPGEAS

A BIODIVERSIDADE EM AFLORAMENTOS ROCHOSOS NA SERRA DA TIRIRICA, RJ

Jorge Antônio Lourenço Pontes, Biólogo D.Sc.



Introdução

1. A Serra da Tiririca é uma área protegida (Parque Estadual da Serra da Tiririca – **PESET),** unidade de conservação da natureza de proteção integral sob responsabilidade do **Instituto Estadual do Ambiente (INEA),** criado em 1991 pela Lei nº 1.901 de 29 de novembro, após intensa campanha promovida por ONG de Niterói, Maricá e São Gonçalo.
2. Seus atuais 3.493 ha, protegem diversos ecossistemas da Mata Atlântica continentais e em ilhas; hábitats marinhos juntos aos costões rochosos emersos e submersos; região lagunar de Itaipu.
3. Durante seus 25 anos, entre novembro de 1991 e outubro de 2016, a área do Parque foi regularizada, apenas, em 8%. Onde acréscimos foram questionados na justiça.

Introdução

4. Os estudos com a fauna da Serra da Tiririca foram iniciados em 1982, com o primeiro artigo publicado em 1987 (PONTES, 1987. **Boletim FBCN, 22**).
5. Em 1994 é elaborada a primeira cartilha sobre a fauna da Serra da Tiririca, direcionada para as crianças.
6. No primeiro estudo de trilhas da Serra da Tiririca existem dados sobre a fauna (GRAEL *et al.* 1995. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente**).
7. Um estudo sobre Chiroptera foi publicado em 1996 (TEIXEIRA & PERACCHI, 1996. **Revista Brasileira de Zoologia, 13**).
8. Um pequeno texto, com fotos, citando alguns elementos da fauna da Serra foi publicado em 1998 (**Revista Hiato, 6**).

Introdução

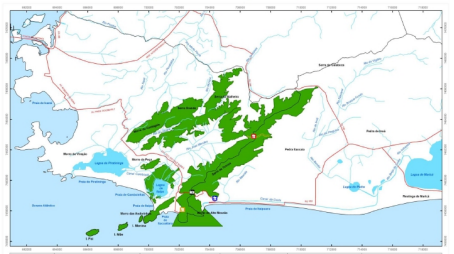
9. Diversos resumos sobre grupos de vertebrados da Serra da Tiririca foram apresentados em Congressos Nacionais: Serpentes (Pontes & Figueiredo, 2002); Anura (Pontes, Figueiredo, & Cecchetti, 2004a); Avialae (Pontes, Figueiredo & Lemos, 2004b).
10. O maior inventário florístico foi finalizado em 2008 (Barros, 2008).
11. A primeira pesquisa com ecologia de vertebrados foi realizada com lagartos, na restinga da Praia de Itacoatiara (Perin, 2007) e Pontes & Pontes publicaram dois estudos sobre de anfíbios (Pontes *et al.* 2013 e Guerra (Org.), 2016).
12. Atualmente, novos estudos sobre vertebrados foram concluídos ou estão em andamento (Pimentel *et al.* 2015; Santos, 2016).

Introdução

9. Algumas pesquisas de fauna foram realizadas em áreas próximas a Serra da Tiririca (*e.g.* Mamíferos – Cerqueira *et al.* 1990; peixes-anuais - Costa, 2002).
10. A primeira pesquisa com ecologia de vertebrados foi realizada com lagartos, na restinga da Praia de Itacoatiara (Perin, 2007) e Pontes & Pontes publicaram dois estudos sobre de anfíbios (Pontes *et al.* 2013 e Guerra (Org.), 2016).
11. Atualmente, novos estudos sobre vertebrados foram concluídos ou estão em andamento (Pimentel *et al.* 2015; Santos, 2016).
12. Estudos específicos sobre a biodiversidade de seus afloramentos rochosos são escassos (Pontes et al. 2013; Maia, 2015).

Área de estudos

- Localização no RJ e limites atuais do Parque Estadual da Serra da Tiririca (Plano de Manejo 2015).





Área de estudos

• Diversos tipos de biótopos são conhecidos, com destaque para os afloramentos rochosos.



Aspectos locais



Resultados

Composição, representatividade e distribuição das espécies

☞ Para a Serra da Tiririca são conhecidas 907 espécies de plantas Magnoliophyta, sendo cinco novas, destas:

1. 67 espécies ameaçadas de extinção;
2. Nos afloramentos rochosos foram registradas 250 espécies distribuídas em 60 famílias e 185 gêneros (aproximadamente 25% de todas as espécies conhecidas).
3. 116 espécies são exclusivas, com predominância de bromélias e orquídeas.

Resultados



Resultados

Composição, representatividade e distribuição das espécies

☞ Para a Serra da Tiririca e arredores são conhecidas 392 formas de vertebrados aquáticos e terrestres:

1. A diversidade de invertebrados é desconhecida;
2. São conhecidas seis espécies de anfíbios anuros em afloramentos;
3. Identificamos 11 espécies de répteis (cinco serpentes e seis lagartos);
4. Pelo menos 156 espécies são de aves;
5. 24 espécies são de mamíferos: 2 Didelphimorphia; 12 Chiroptera; 3 Primates; 1 Edentata; 1 Lagomorpha; 3 Rodentia e 2 Carnivora (Siqueira, 2013; Pontes et al. 2013; Pimentel et al. 2015; Pontes & Pontes, 2016).

Resultados

Composição, representatividade e distribuição das espécies



Resultados



Resultados



Resultados



Representantes de famílias de Avialae da Serra da Tiririca: Cracidae, Falconidae, Emberezidae, Trochilidae (Fotos JAL Pontes).

Resultados



Representantes de famílias de Mammalia da Serra da Tiririca: Leporidae, Erethizontidae e Dasyproctidae (Fotos JAL Pontes).

Resultados

Invertebrados

- Os invertebrados não temos ideia da atual situação.
- Espécies raras ou dependentes de cursos d'água estão em situação crítica.
- Muitos são temidos e odiados pela população.



Discussão

Os afloramentos rochosos

- Maior visitação dos costões na Serra da Tiririca:
  - Alto Mourão;.
  - Pedra de Itacoatiara.
- Alteração profunda de biótopos e perda de riqueza de espécies
- Visitação x conservação x preservação.
  - redução e controle no número de visitantes.
  - restrição de acesso (áreas de reprodução).
  - implantação de infraestrutura de acesso e proteção.



O ecoturismo, apesar de previsto no SNUC (Lei Federal 9.985/2000), cresce fora de controle. O uso inadequado de trilhas e falhas no manejo estão gerando impactos negativos para a biodiversidade da Serra da Tiririca.





A caça na Serra da Tiririca, ainda permanece (Foto JAL Pontes). Os mamíferos de maior porte, como pacas, quatis e tatus são os principais alvos dos caçadores.







As espécies exóticas são liberadas na região, geralmente, por pessoas que se importam com a fauna ou são invasoras, vindas de outras regiões . Estas causam diversos danos para as populações da nativas da Serra da Tiririca (Fotos JAL Pontes).

Propostas para o PESET

1) Aumento do número de funcionários e de equipamentos para o Parque Estadual da Serra da Tiririca.
2) Intensificação da fiscalização com um maior controle da visitação e da ocupação humana.
3) Criar alternativas para reduzir os efeitos da fragmentação e do isolamento populacional.
4) Retirada de espécies animais introduzidas e invasoras, especialmente cães, gatos-domésticos e micos.
5) Implantação do Plano de Manejo e ampliação.
6) Consulta aos pesquisadores antes das tomadas de decisões.
7) Criação de um programa intenso de educação ambiental para atender escolas, associações de moradores e visitantes.
8) Proteção imediata e recuperação de biótopos mais afetados.



AGRADECIMENTOS

PROJETO ECOLOGIA DE

HERPETOFAUNA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Palestra 2 - Avaliação do Uso Público em Áreas de Escalada na Serra da Tiririca. Me Stephanie Maia - Diretora de Meio Ambiente do CNM

AVALIAÇÃO DO USO PÚBLICO EM ÁREAS DE ESCALADAS NA SERRA DA TIRIRICA, NITERÓI/MARICÁ, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Stephanie Maia

Me. Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade

Diretora de Meio Ambiente do CNM





INTRODUÇÃO

- Criação de áreas protegidas;
- Diversidade Biológica;
- Lei 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Proteção Integral → Parques

Uso Sustentável

INTRODUÇÃO

Parques:

*"tem como objetivo básico a **preservação de ecossistemas naturais** de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de **pesquisas científicas** e o desenvolvimento de atividades de **educação** e interpretação ambiental, de **recreação** em contato com a natureza e de **turismo** ecológico"* (SNUC, 2000,art. 11);







USO PÚBLICO EM PARQUES

- **Uso Público:** Como o usufruto gozado pelo público, seja com objetivo recreacionista, educador, pesquisador ou religioso.
- Tem o objetivo de despertar no visitante novos valores e comportamentos.
- Decreto Estadual nº 42.483/2010
  - Diretrizes para o uso público nos Parques Estaduais administrados pelo INEA;
  - Projeto de fortalecimento e implantação da gestão do uso público para o incremento da visitação nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro

USO PÚBLICO EM PARQUES

Caráter interdisciplinar do tema

Impactos à flora e aos processos ecológicos

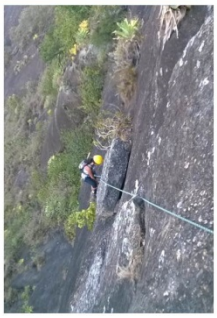
Fatores sócio institucionais referentes a gestão do uso



ATIVIDADES DE MONTANHISMO E ESCALADA

Montanhismo:

Se caracteriza pela ascensão de montanhas e elevações rochosas por meio de caminhadas e escalada técnica, com diferentes graus de dificuldades tempo de duração.

ATIVIDADES DE MONTANHISMO E ESCALADA

Escalada:

- Designa qualquer ascensão;





ATIVIDADES DE MONTANHISMO E ESCALADA

Rapel:

- É um técnica para descida vertical com auxílio de cordas.




AFLORAMENTOS ROCHOSOS



AFLORAMENTOS ROCHOSOS

- *Inselbergs* (do alemão *insel*: ilha *bergs*: montanha), pois ecologicamente funcionam como ilhas terrestres rodeadas por vegetação arbóreo-arbustiva
- São habitats de muitas espécies de plantas vasculares e endêmicas capazes de se desenvolver em condições adversas como escassez de água, altas temperaturas, solos rasos e aderência diretamente à rocha.
- Sua fragilidade é cientificamente reconhecida e o uso indevido dessas áreas pode constituir-se num problema para a conservação;
- Ao passo, que são o principal lócus da atividade montanhista na Serra da Tiririca

Objeto da Pesquisa

Potenciais impactos derivados das atividades de escalada em afloramentos rochosos

O papel dos montanhistas para a conservação dos Parques

Fatores sócio institucionais que mediam essa relação, identificando pontos de convergência e de discordância entre os atores envolvidos nessa gestão.

OBJETIVOS

- **Geral**

Avaliar o uso público das atividades de escalada na Serra da Tiririca para a gestão do montanhismo no Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), frente a necessidade de conservação da diversidade biológica.

OBJETIVOS

- **Específicos**
  - Descrever os impactos potenciais da escalada na vegetação de afloramentos rochosos na Enseada do Bananal e no Córrego dos Colibris;
  - Elencar as diretrizes do uso público para vias de escalada ;
  - Avaliar a gestão do PESET no que se refere a essas atividades;
  - Discutir o papel da comunidade montanhista para conservação da diversidade biológica no Parque.

ÁREAS DE INTERESSE PARA ESCALADA







METODOLOGIA

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

- O aprendizado da técnica da escalda;



METODOLOGIA

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

- **O contato com o Clube Niteroiense de Montanhismo (CNM);**
- **A verificação dos impactos nas vias:**
  - Registros fotográficos
- **Identificação das espécies *in situ* por especialistas em botânica;**
  - A classificação das espécies no que concerne ao status de conservação:
    - Biodiversitas;
    - Catálogo da Flora do Estado do Rio de Janeiro;
    - Livro Vermelho da Flora do Brasil;
- **A pesquisa documental**
- **Coleta de informações através de entrevistas**

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico do Montanhismo em Niterói





CNM
Clube Niteroiense de Montanhismo

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Tem por finalidade o estudo, a prática e a divulgação dos esportes da natureza;
- 68 sócios; (100 atualmente)
- Em 2005, assumiu a coordenação do GT de Montanhismo indicado pela FEMERJ;
- Juntamente com a administração do PESET, realiza várias atividades visando preservar o meio ambiente local.





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Florística no Setor Enseada do Bananal

- 87espécies de plantas vasculares
  - 80 espécies de Magnoliophyta
    - 75 gêneros
    - 37 famílias
  - 7 espécies de Pteridophyta (6 Samambaias – 1 Lychophyta)
    - 7 gêneros
    - 5 famílias

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Florística no Setor Córrego dos Colibris

- 57 espécies de plantas vasculares
  - 53 Magnoliophyta
    - 51 gêneros
    - 29 famílias
  - 4 espécies de Pteridophyta (6 Samambaias – 1 Lychophyta)
    - 4 gêneros
    - 3 famílias

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Status da Conservação da Flora nos Setores

- 17 espécies enquadradas:
  - Em perigo (EN):
    - 6 espécies
  - Quase ameaçada (NT):
    - 4 espécies
  - Vulnerável (VU):
    - 4 espécies



Alcantarea glaziouana (Lemaire) Leme
(VU; EN)

RESULTADOS E DISCUSSÃO





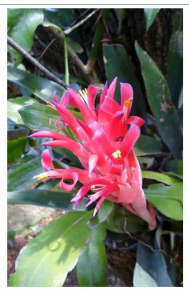
Rhipsalis cereoides (Backeb. & Voll) Backeb.
(VU;CR)

Coleocephalocereus fluminenses (Miq.) Backeb
(VU)

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Tillandsia araujei Mez (EN)



Billbergia pyramidalis (Sims) Lindl.



Tillandsia dura Baker

Consideradas como de interesse para a pesquisa e conservação

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação dos impactos das atividades de Escalada







RESULTADOS E DISCUSSÃO







RESULTADOS E DISCUSSÃO

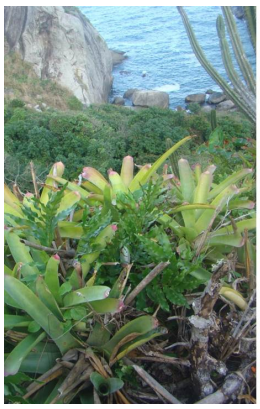
Enseada do Bananal





RESULTADOS E DISCUSSÃO







RESULTADOS E DISCUSSÃO

Córrego dos Colibris







B

Legenda: A) População de *Alcantarea glaziouana* (Lemaire) Leme e B) População de *Cyrtopodium glutiniferum* Raddi em floração.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gestão dos Afloramentos Rochosos e o Plano de Manejo

- Plano de Manejo 2015;
- Enseada do Bananal e Córrego dos Colibris;
- Área de Visitação;
- Para atividades de escalada recomenda consultar a setorização que existe para regulamentar a atividade

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano de Setorização

ENSEADA DO BANANAL			
SETOR	VIAS	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
Metamorfose	Metamorfose Top Rope		Sem mais conquistas para este setor
To Bom	Artificial At To Bom Or Not Subir		Sem mais conquistas para este setor
Triste	Clínico Triste Cinico Triste Crescudo		Sem mais conquistas para este setor
Setor Encantado	Aresta Encantada Top Rope		Setor liberado para novas conquistas
Campo Escola Helmut Hesse	Nenhi Bairro Pound Sem Nome Gaivota Mirante Gloucha Bananada Sem Nome Lagamba Mito Vish Banana Split Bicho Negro Amendoado Farsa Aresta Tirol Par Tirol Pilho Midwest Retreat Empreste Perda do Megalido Buraco Negro Ogra Agradecido ao Jilvel Megalido Chaminezada A Dez		Sem mais conquistas para este setor
Ocidente	Corrija Acrocima Radiação Solar De a Onda Ide Levare		Sem mais conquistas para este setor

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano de Setorização

CÓRREGO DOS COLIBRIS			
SETOR	VIAS	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
Noroeste	Paredão Idolo Sati		Sem mais conquistas para este setor
	Paredão Fogo do Inferno Variante Imunda da Palma Paredão Alma Gunza Paredão Cicura do Gunz Paredão Estrela Ulisses Coelinhos Peludos		

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interlocução entre Montanhistas e Gestores

- II Seminário de Mínimo Impacto
  - FEMERJ questionou a necessidade de comunicação de novas conquistas;
  - Defendeu a não necessidade de comunicação de novas conquistas em setores verdes;
  - Alegando essas áreas sejam tornadas zonas de preservação
  - Se posiciona contra a existência de zonas de preservação, afirmando que proibições são radicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Em ambas as áreas de estudo foram observados impactos relacionadas à atividade de escalada.
- Setor Enseada do Bananal
  - Local tradicional para a prática;
  - Impactos já está consolidados nas paredes mais verticais;
  - Recomenda-se que os topos dos blocos de pedra, onde a vegetação ainda está presente tenham acesso restrito e que seja feito manejo dessas áreas;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Setor Córrego dos Colibris se apresenta de forma diferenciada
  - Possui vegetação densa com presença de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção;
  - A escalada nessa área se torna uma iminente ameaça à diversidade biológica local;
  - Não sendo recomendada a conquista de novas vias e desequipação das existentes
  - Deveria ser considerada zona restrita à visitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Não existem diretrizes institucionais, determinadas no plano de manejo para a gestão dos afloramentos rochosos no que se refere às atividades montanhistas;
- A setorização representa um avanço nas discussões sobre o tema, no entanto, ainda é um instrumento que necessita de refinamento para uso mais efetivo;
- A publicação de Livros Guias de Escalada à revelia dos administradores do Parque foram consideradas uma fragilidade na gestão, uma vez que essas publicações abordam apenas aspectos os recreativos, incentivando-as, e não considerando as questões ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Esse trabalho também representa uma discussão pioneira sobre o uso público relacionado às práticas de escalada em UC e aponta a necessidade de desenvolvimento de metodologias que permitam a avaliação dos impactos em vias de escaladas.;
- Tal aspecto já é abordado em trilhas de caminhadas, sendo apresentados diferentes métodos de análise desses impactos;
- No entanto para áreas de afloramento rochoso ainda não existem metodologias.



Palestra 3 – Ações de Mínimo Impacto Realizadas pela FEMERJ – Delson de Queiroz, diretor técnico e Mariana Pardal, diretora de comunicação da FEMERJ



FEDERAÇÃO DE ESPORTES DE MONTANHA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AÇÕES DE MÍNIMO IMPACTO REALIZADAS PELA FEMERJ

AGENDA

1. O qué a FEMERJ?
2. Organização do montanhismo
3. Qual a função da FEMERJ?
4. Ações de promoção do Mínimo Impacto?
5. Diretrizes Gerais de Mínimo Impacto
6. O trabalho da FEMERJ
7. Exemplos bem sucedidos
8. Como posso ajudar?

O QUE É A FEMERJ?

- Clubes e Centros Excursionistas
- Guias e instrutores profissionais
- Montanhistas independentes

ORGANIZAÇÃO DO MONTANHISMO

Internacional | Nacional | Estadual

UIAA

QUAL A FUNÇÃO DA FEMERJ?

- Organizar
- Difundir
- Fomentar
- Representar
- Desenvolver
- Incentivar



AÇÕES DE PROMOÇÃO DO MÍNIMO IMPACTO

Normas e diretrizes que buscam promover o mínimo impacto em atividades esportivas e de lazer em ambientes naturais.

Podem ser elaboradas em conjunto com a comunidade e UC, considerando as diferenças e especificidades dos locais.

Importante ferramenta para a gestão e manejo de visitação em áreas naturais.





DIVERSIDADE DE EXPERIÊNCIAS

Perfil dos visitantes



DIRETRIZES GERAIS DE MÍNIMO IMPACTO

conduta consciente	Pega Leve! mínimo impacto em ambientes naturais	leave no trace
Planejamento é fundamental	Planejamento é fundamental	Planeje antecipadamente e organize-se
Você é responsável por sua segurança	Você é responsável por sua segurança	
	Cuide dos locais da sua aventura	Utilize e acampe superfícies duráveis
Traga seu lixo de volta	Traga seu lixo de volta	Descarte os resíduos adequadamente
Deixe cada coisa em seu lugar	Deixe cada coisa em seu lugar	Deixe cada coisa em seu lugar
Evite fazer fogueiras	Evite fazer fogueiras	Minimize os impactos de fogueiras
Respeite os animais e as plantas	Respeite os animais e as plantas	Respeite os animais silvestres
Seja cortês com outros visitantes e com a população local	Seja cortês com outros visitantes e com a população local	Respeite os outros visitantes e usuários

O TRABALHO DA FEMERJ

- Realização de seminários e encontros
- Produção de documentos técnicos sobre manejo da visitação em áreas naturais
- Participação em conselhos consultivos
- Participação na elaboração de planos de manejo
- Recuperação de áreas degradadas
- Investimento em proteções fixas mais seguras e duráveis
- Manejo de áreas naturais
- Apoio a eventos



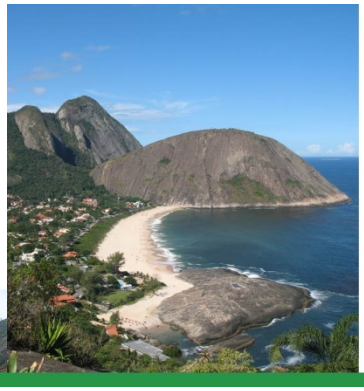
EXEMPLOS BEM SUCEDIDOS

- 2002 – SMI em Paredes para a Urca, hoje MoNa Pão de Açúcar (revisado em 2007)
- 2003 - 1ª Oficina de Escalada em Unidades de Conservação, no RJ
- 2004- 2ª Oficina de Escalada em Unidades de Conservação (CBUC)
- 2005 – SMI para Região de Três Picos, em parceria com o PETP
- 2006 - I Encontro de Parques de Montanha do Brasil (PNSO)
  - - Encontro Niteroiense de Montanhismo(PESET)
- 2008 – SMI Parque Estadual da Serra da Tiririca (revisado em 2012)
- 2010 – SMI Parque Estadual da Pedra Branca
- 2012 – II Encontro de Parques de Montanha do Brasil
- 2014 – SMI PARNA Itatiaia
- 2016 – Rio nas Montanhas: Mínimo Impacto
- – Oficina de Mínimo Impacto de Rapel – MoNa Pão de Açúcar

COMO POSSO AJUDAR?

-Informe-se!
-Invista em conhecimento técnico
-Procure empresas e serviços que estejam de acordo com as normas de Mínimo Impacto
-Consulte e respeite as normas das Unidades de Conservação e áreas visitadas (públicas ou particulares)
-Faça atividades com grupos pequenos
-Respeite as pessoas e o ambiente





FEMERJ
FEDERAÇÃO DE ESPORTES DE MONTANHA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OBRIGADA!

www.femerj.org
info@femerj.org
Facebook/femerj

Palestra 4 – Jhonathan Ferrarez – Chefe do Parque Estadual da Serra da Tiririca





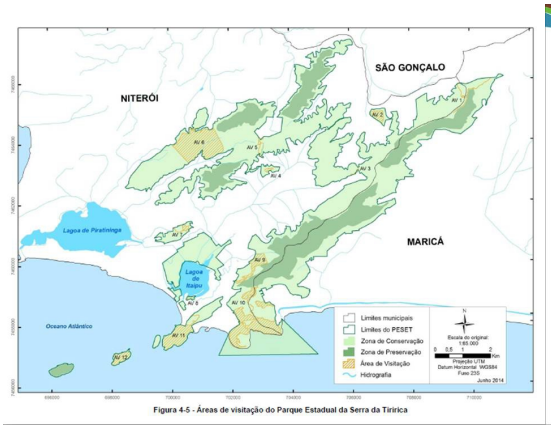
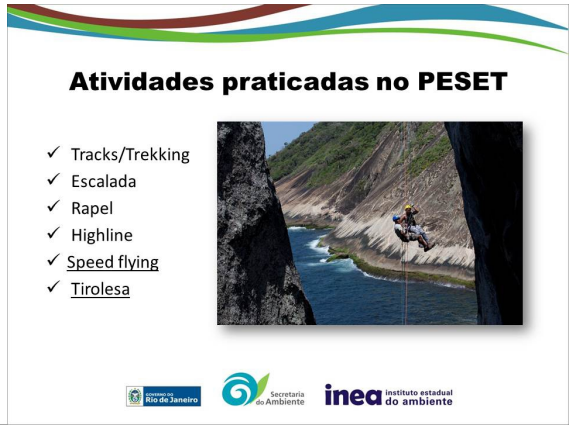
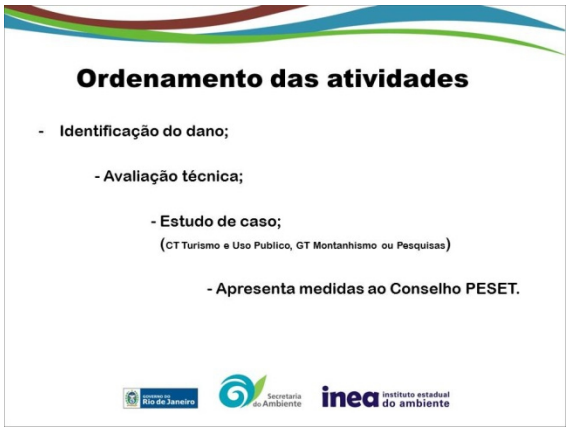


Figura 4-5 - Áreas de visitação do Parque Estadual da Serra da Tiririca



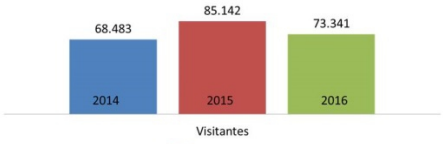


VISITAÇÃO PESET

- 2° Unidade de Conservação mais visitada do RJ.
- Expectativa de visitantes para 2016: **300 mil**

Setor: Serra da Tiririca

Localidade: Área de Visitação 10



Visitantes

TRACKS

(decreto 42.483 de 2010)

Art. 4º - O ordenamento e o controle das atividades de uso público nos parques estaduais serão realizados em conformidade com o estabelecido em seus planos de manejo.

§ 2º - Deverão ser estabelecidos, quando pertinentes e viáveis, sistemas de registro e controle da visitação, incluindo, no mínimo, dados que:

I - quantifiquem o fluxo de visitantes, certificando o controle de entrada e saída dos mesmos;

II - registrem o perfil dos visitantes em relação à naturalidade, demanda por atividade, idade, ocupação profissional e outros que venham a ser considerados relevantes pelo **INEA**;

Há 14 anos atrás (2002) O GLOBO Niterói noticiava a preocupação de ecologistas e do IEF (órgão anterior ao INEA) a utilização excessiva da trilha do costão – à época até 300 pessoas num fim de semana (Jornal O GLOBO Niterói – Setembro 2016)



ESCALADA

- **Setorização das vias de escaladas**

(disponível do site do CNM)

Proposta criada pelo GT Montanhismo para evitar o excesso e sobreposição de vias e diminuir os impactos / danos a UC.

205 vias de escalada

Setor VERDE: Área liberada para novas conquistas (prévia comunicação à UC).
Setor VERMELHO: Área condicionada a aprovação do GT.

- Código de Ética FEMERJ
- Código de Ética Local

- Procedimento para abertura de vias.

Escaladores

1. Consultar o PLANO DE SETORIZAÇÃO DE VIAS DE ESCALADA DO PESET

Se for setor VERDE:

a) Comunicar previamente ao parque, através do e-mail administrador@parqueserradatiririca.org, o local onde realizará a conquista;
b) Sempre que possível, comunicar ao parque os dias em que estará conquistando;
c) Ao término da conquista, deverá ser encaminhado o croqui da via ao parque, bem como as informações relevantes, como acesso, etc.

Se for setor VERMELHO:

a) Comunicar previamente ao parque, através do e-mail administrador@parqueserradatiririca.org o local onde realizará a conquista;
b) O parque encaminhará um formulário que deverá ser preenchido pelo conquistador;
c) Após o envio das informações pelo conquistador, o parque terá um prazo de até 30 dias para responder, autorizando ou não a conquista;
d) Se dado o OK pelo parque, sempre que possível, comunicar ao parque os dias em que estará conquistando.
e) Ao término da conquista, deverá ser encaminhado ao parque o croqui da via, bem como as informações relevantes, como acesso, etc.

Telefones e Endereços do Parque Estadual da Serra da Tiririca

Endereço da sede: Rua Domingues Mônica Barbosa, lote 4, s/nº - Recanto de Itaipuaçu – Maricá - RJ Tel.: (21) 2638-4411

Núcleo Itacoatiara: Rua das Rosas, nº 24 - Itacoatiara - 24.346-290 - Niterói - RJ Tel.: (21) 2709-8176

Endereço eletrônico: administrador@parqueserradatiririca.org e
felecom@parqueserradatiririca.org

Horário de visitação: terça-feira a domingo, de 8 às 17h, para visitação em trilhas; de 9 às 17h no setor administrativo.

ADM PESET

1. Receber, via e-mail administrador@parqueserradatiririca.org, o comunicado de solicitação de abertura de via;

Se for setor VERDE:

a) Responder o e-mail do conquistador, encaminhando o Código de Ética e o Plano de Setorização, informando que ao final da conquista, este deve encaminhar o croqui da via ao Parque, bem como as informações relevantes, como acesso, etc.
b) O parque informa ao GT Montanhismo (gt-montanhismo@googlegroups.com) para fim de atualização do Plano de Setorização.

Se for setor VERMELHO:

a) O Parque encaminha um formulário que deverá ser preenchido pelo conquistador, juntamente com o Código de Ética e o Plano de Setorização, informando, ainda, que terá o prazo de até 30 dias, contados a partir da entrega das informações pelo conquistador, para informar a autorização ou não da conquista;
b) Após receber a resposta do conquistador, o Parque deverá encaminhar as informações para o GT Montanhismo (gt-montanhismo@googlegroups.com), indicando o prazo para resposta;
c) Após receber a decisão do GT Montanhismo, o Parque faz a análise das respostas e dá o parecer favorável ou não;
d) O Parque comunica ao conquistador sua decisão, informando, também ao GT Montanhismo.

Procedimentos para conquista de vias dentro dos limites do PESET – GT MONTANHISMO

Se for setor VERDE:

a) O GT Montanhismo receberá do Parque o comunicado de que haverá uma conquista em um setor VERDE e aguardará o envio do croqui ao final, a fim de atualizar o Plano de Setorização;

Se for setor VERMELHO:

a) O GT Montanhismo receberá do Parque o formulário de abertura de vias e todas as informações relevantes da conquista através do gt-montanhismo@googlegroups.com;
b) Os membros do GT Montanhismo analisarão as informações e darão seu parecer, favorável ou não, sobre a conquista;
c) Caso favorável, o GT Montanhismo aguardará as informações da via conquistada, a fim de atualizar o Plano de Setorização.



É EXIGIDO:

- 1) o cadastramento prévio do guia operador, na administração do parque ou Posto de Recepção ao Visitante em Itacoatiara;
- 2) o limite máximo de 15 pessoas por grupo, para que sejam mantidas as condições mínimas de segurança nos locais;
- 3) o limite máximo de 50 participantes em qualquer atividade com corda na Enseada do Bananal;
- 4) o limite de 3 horas de uso de cada via por um grupo;
- 5) prévia autorização pela administração do parque na instalação ou remoção de grampos ou chapeletas;
- 6) PREENCHIMENTO COMPLETO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE RISCO.







Highline

- Se encaixa nas mesma regulamentações do rapel e escalada.
- Segue uma norma de segurança (ISSO 21101) ??



SPEED FLYING





TIROLESA



Normas das áreas de visitação

(Resolução INEA 107 de 05 de fevereiro de 2015)

- Estas áreas deverão estar inseridas na zona de conservação da UC.
- São atividades permitidas: pesquisa, proteção, manejo, monitoramento, educação ambiental, esportes, treinamentos táticos e visitação.
- A abertura de novas vias de escalada com utilização de proteções fixas só poderá ser realizada dentro das áreas de visitação definidas neste plano e deverão seguir as diretrizes traçadas na setorização de vias de escalada do parque, assim como respeitar as diretrizes de mínimo impacto (DMI) vigentes estabelecidas pela Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro (Femerj), bem como à setorização mais atualizada das paredes de escalada proposta nos Seminários de Mínimo Impacto do PESET.
- **O INEA irá regulamentar normas específicas para cada área de visitação quando necessário.**

DECRETE ESTADUAL 42.483 de 27 de maio de 2010.

- **O PESET ficará fechado em dias de chuvas;**

(**Art. 8º** - A administração do parque estadual poderá, justificadamente, limitar ou proibir, provisória ou definitivamente, alguma atividade de lazer, esportiva ou turística no todo ou em parte dos seus limites.)

- **Horário de funcionamento do PESET será de 08:00 às 17:00, podendo ser diferenciado nos horários de verão (08:00 às 18:00).**

- Será concedido aos praticantes de esportes a autorização de entrada mais cedo, desde que seja solicitado previamente por email (prazo mínimo de 07 dias) dentro das condições operacionais do PESET

(**Art. 5º -** Os parques estaduais estarão abertos à visitação pública diariamente das 08 às 17 horas.)

- **Preenchimento OBRIGATORIO do Termo de Reconhecimento de Risco – TRR, onde poderá ser verificadas documentações dos visitantes.**

(**Art. 7º** - Os praticantes de esportes de aventura, esportes radicais e de turismo de aventura nos parques estaduais deverão assinar um Termo de Reconhecimento de Risco - TRR, nas situações em que o INEA julgar pertinentes.)

O QUE QUEREMOS EM NOSSO USO PUBLICO??













GERINDO PARA PRESERVAR

Visão de Futuro para 2016

"Alcançar excelência na gestão do uso público e implantar uma doutrina de cuidado permanente da biodiversidade e paisagem natural, promovendo uma visitação de qualidade com foco na educação ambiental e no ecoturismo, em integração com as populações do entorno".



QUEM SOMOS

PARQUE ESTADUAL DA

SERRA DA TIRIRICA

Um patrimônio natural, histórico e científico

"Depois de passarmos por alguns campos cultivados, entramos numa floresta cuja magnificência não podia ser superada".

Charles Darwin, 8 de abril de 1832.

Obrigado!

Jhonatan Ferrarez
admnistrador@parqueserradatiririca.org
Tel: 21 2638-4411 ou 98596-8755